

ACTA Nº. 18

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO,
REALIZADA EM 27-09-08**

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor Rui Pedro Dias Gonçalves**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Senhores **Fernando José Guia Barbosa e Rui Vítor Pires Bragança**, interinamente primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

--

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Paulo Jorge Martins Beirante, Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo e Fernando José das Neves Assunção. -----

-

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

-

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

-

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

-

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

-

António Silvino da Costa Ferreira e Isabel Maria de Jesus Pereira Maia. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** a Senhora: -----

-

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

-

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

-

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Ezequiel Soares Estrada.-----

-

O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram nove horas e quarenta minutos, começando por dar posse aos elementos convocados

para substituírem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias.-----

-

Deu posse a Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, que substitui o Senhor João Aires Moreira Mora Leitão, Presidente da Assembleia Municipal, do Partido Social Democrata.-----

Deu posse a Fernando José das Neves Assunção, que substitui o Senhor Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Isabel Maria de Jesus Pereira Maia, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Após a leitura das actas avulsas de instalação e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número dezassete da Assembleia Municipal. -----

-

Atendendo a que nenhum membro se quisesse pronunciar sobre a acta, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou-a à votação. -----

-VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DEZASSETE: -----

-

A acta número dezassete foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e três abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo duas do Partido Social Democrata e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

-

De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-

O Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Proposta de Recomendação: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – HOMENAGEM A MANUEL ESTRIGA -----

-

A Assembleia Municipal do Entroncamento associa-se à justa homenagem recentemente prestada pelo cidadão, Jaime Ramos, ao munícipe Manuel Estriga, pelo seu contributo exemplar para o desenvolvimento do atletismo na nossa cidade, recomendando à Câmara Municipal que tome idêntica decisão.-----

O Senhor **Carlos Matias** referiu: “ Esta proposta de resolução que dispense de ler porque foi distribuída e simultaneamente uma recomendação, assenta em dois pressupostos: -----

--

Em primeiro lugar, assenta no reconhecimento por parte desta Assembleia, do mérito do trabalho desenvolvido por Manuel Estriga, no fomento da prática do atletismo no nosso concelho, ultrapassando grandes dificuldades, os atletas que dirige

conseguiram resultados notáveis e muito importantes constituem um singular exemplo de dedicação ao desporto, que esta Assembleia deveria relevar. -----

-

Em segundo lugar, recomenda-se que a Câmara repare um erro que não deveria ter acontecido, que saibamos, não houve em qualquer reunião da Câmara Municipal, uma decisão sobre a homenagem pública, que em nome da Câmara foi publicamente prestada ao Senhor Manuel Estriga e essa resolução deveria ter existido. -----

-

A Câmara Municipal, não é uma pessoa nem tem proprietários é um órgão colegial com sete pessoas, que merecem respeito e que deveria ter sido chamada a votar a homenagem, o que estou certo, faria por unanimidade, reforçando o significado do reconhecimento ao homenageado. -----

-

Incompreensível, para nós, é que haja vereadores e não foi um, nem dois, nem três, que só no pavilhão Municipal tenham tido conhecimento, que em nome da Câmara Municipal a que pertencem por direito próprio, iria ser prestada uma homenagem com um significado muito especial. -----

-

O que se recomenda pois, é que a Câmara repare esse erro e dê a homenagem a Manuel Estriga, a dimensão política e institucional que desde o início ela deveria ter adquirido.” -----

-

Pediu a palavra a Senhora **Maria Isilda**: “ Depois de ouvir a intervenção do Senhor Engenheiro Carlos Matias, e podendo entender parte dessa intervenção, gostava de lembrar que Jaime Ramos é o Presidente da Câmara Municipal. É também, o responsável pelo o pelouro do desporto. -----

-

Independentemente do poder ou não ser tomada a decisão e de achar que é perfeitamente legítimo que essa decisão seja reforçada pelo executivo do município, não me parece correcto escrever, ou dizer, que a homenagem foi prestada pelo cidadão Jaime Ramos. -----

-

Não é correcto, no sentido em que, se o Senhor Presidente da Câmara o é a tempo inteiro e também com a responsabilidade no desporto, então assume essa responsabilidade e assume esse papel na permanência das suas funções. -----

A recomendação para que a Câmara possa sufragar esta decisão é legítima, mas, parece-me que deverá ser equacionado o texto que aqui temos, porque o Senhor Presidente da Câmara é sempre, em qualquer momento, o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento. “ -----

-

Interveio o Senhor **Ferreira Marques**: “ De facto fiquei estupefacto, o representante do Partido Social Democrata, diz que o Senhor Presidente Jaime Ramos é também o titular do desporto e portanto, nessa qualidade tinha a liberdade de fazer esta homenagem sem passar cartão aos vereadores, o que me leva a querer, que qualquer vereador com funções, pode a seu belo prazer, realizar actividades sem passar cartão aos outros membros da Câmara. -----

Neste caso concreto, estamos de acordo com a posição de indignação que o Bloco de Esquerda manifesta e que provavelmente, outros cidadãos irão manifestar quando souberem deste abuso, falta de ética, de respeito, falta de espírito democrático,

não devemos em democracia a ter actos escondidos, a querer criar aureola em torno da cabeça, nós sabemos que as pessoas têm qualidades, o Senhor Presidente da Câmara tem qualidades próprias e não tem necessidade de andar com estas coisas e ficava-lhe bastante bem exercer as funções de acordo com a lei. -----

-

Usou da palavra a Senhora **Teresa Martins**: “ Só gostava de esclarecer aqui, porque me parece que alguns elementos destas bancadas que não sabem, para todos os efeitos, tenha comunicado ou não aos outros elementos, o Presidente da Câmara é o representante do órgão colegial e é isso que se está aqui a falar. -----

-

A legitimidade desta recomendação e as razões que foram expostas por esta recomendação são uma questão, agora, peço imensa desculpa ao Partido Socialista, mas está a fazer uma leitura completamente distorcida daquilo que foi dito e está na minha opinião, a utilizar termos que não são correctos para membros dignos destas bancadas. –

Prosseguiu a Senhora **Maria Isilda**: “ Não queria prolongar a discussão sobre esta matéria mas de facto, não é suposto inferir das minhas palavras, Senhor Engenheiro, aquilo que eu não disse. Eu não fiz, também, considerações para além do que disse e o que disse, quer dizer apenas que, quando o Senhor Presidente da Câmara intervém nas suas funções institucionais, ele não é apenas o cidadão, ele é o Presidente da Câmara, com a vertente positiva e a vertente negativa, assume-a e não deixa de ser o Presidente da Câmara. -----

-

Nesse sentido e independentemente de concordarmos com que a homenagem possa ser apoiada e votada também pelo executivo municipal, tal como penso todos nós a votaríamos de fossemos solicitados nesse sentido em termos de Assembleia, não me parece correcto dizer que foi o cidadão apenas, não estou a dizer que o Senhor Presidente da Câmara pode fazer, ou que qualquer responsável do pelouro pode fazer tudo o que quiser independentemente do executivo. -----

-

O que tentei dizer, e penso que fui clara, foi que, Jaime Ramos independentemente de nós gostarmos ou não, é o Presidente da Câmara, não é apenas o cidadão Manuel ou Joaquim. -----

-

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ Está aqui uma proposta em cima da mesa e nós vamos votá-la favoravelmente, mas para além disto, não nos envolveremos em guerra nenhuma.” -----

-

Pediu a palavra o Senhor **Vice-Presidente da Câmara**: “ Pretendo intervir dado que foram citados os Vereadores da Câmara Municipal, em relação ao Senhor Presidente, ele responderá quando estiver presente à Assembleia aquilo que entender sobre esta matéria. -----

--

Quero deixar aqui muito claro, referir que gostaria de ver explicitado ou explicitada a referencia e o que é que ela quis transmitir ao dizer, quando não foi um, nem foram dois, nem foram três o que subentendo seriam mais vereadores que não tinham conhecimento desta matéria. -----

-

Em meu nome, em nome da minha colega vereadora e em nome do vereador João Vieira, que não se encontra presente e por quem eu assumo, na sequencia daquilo que tem sido a nossa postura durante todo este mandato e os outros, assumo a nossa

total concordância, anuência e conhecimento à questão do cidadão que foi homenageado nesta cerimonia, estranhando muito que esta referencia surja este ano, quando o ano passado e o ano transacto a mesma referencia não surgiu em relação aos homenageados.

O Senhor **Carlos Matias** referiu: “ Agradeço as intervenções que foram feitas, porque acho que foram muito esclarecedoras. -----

-

Começo pela intervenção da Doutora Isilda, acho que ela se apercebeu da fragilidade da sua argumentação, quando disse que não estava a dizer que, o Presidente podia fazer tudo em nome do órgão institucional a que pertence, é exactamente isso, é que o cidadão Jaime Ramos não é sempre Presidente da Câmara, quando vai de férias por exemplo, não é a Câmara que vai de férias, é o cidadão Jaime Ramos que vai de férias, quando vai tomar café, é evidente que é o cidadão Jaime Ramos, que vai tomar café, não é a Câmara, portanto, existem limites para essa representação. -----

Portanto, o cidadão Jaime Ramos, que é o Presidente da Câmara e ninguém disse que o cidadão Jaime Ramos não era o Presidente da Câmara, é evidente que sim, tem limites para assumir a representação da Câmara Municipal e o que nós entendemos e pelos vistos o Partido Social Democrata entende de maneira diferente, é que o cidadão Jaime Ramos ultrapassou os limites que devia ter tido, na assunção da representação da Câmara Municipal, é esse o nosso entendimento. -----

-

Quero rectificar o lapso, efectivamente foram três vereadores que não tiveram conhecimento, mas a intervenção do Senhor Vereador Luís Boavida é extremamente esclarecedora, efectivamente ficamos a saber, que só os vereadores do Partido Social Democrata, sabiam da homenagem, portanto, o Partido Social Democrata reuniu certamente, o Senhor Presidente da Câmara discutiu com os vereadores, mas dispensou-se de discutir e sequer de informar os outros vereadores da oposição, isto é, há aqui vereadores de primeira e vereadores de segunda, não há Senhor Vereador. Os vereadores do Partido Social Democrata, têm exactamente o mesmo peso institucional que têm os vereadores dos outros partidos que aqui estão representados e portanto, o Senhor Presidente da Câmara quando informou, ou posteriormente se o entendesse em reunião camarária, quando o Partido Social Democrata decidiu nas suas reuniões partidárias homenagear o Senhor Manuel Estriga, o que deveria ter feito, era vir à reunião de Câmara, fazer a proposta, debate-la e aprová-la. -----

Estou certo e posso dizer-lo sem erro de lapso, que ela teria sido aprovada por unanimidade porque acabei de falar com os vereadores do Partido Socialista e sei que era o sentido de voto do vereador do Bloco de Esquerda. Portanto, a proposta se tivesse vindo à Câmara Municipal, como deveria ter vindo, para ter o peso institucional e politico, era aprovado por unanimidade e deveria ter sido aprovada por unanimidade e ficámos aqui a saber, que para o Partido Social Democrata, há vereadores de primeira e vereadores de segunda, o que é inadmissível e nós não aceitamos, mantemos a proposta tal como está. -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia**, colocou a proposta de recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

-

A Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata,

seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.---

A Senhora **Maria Isilda** apresentou a seguinte declaração de voto:” A declaração de voto só quer significar, que, o Partido Social Democrata subscreve a homenagem enquanto bancada da Assembleia, ao Senhor Manuel Estriga, mas, de modo nenhum se revê no texto e na argumentação, relativamente à pessoa do Senhor Presidente da Câmara.” -----

--

O Senhor **António Ferreira**, apresentou a seguinte declaração de voto: “ A Coligação Democrática Unitária subscreve a homenagem e nada mais do que isso. “ ----

Pediu a palavra o Senhor **Pato das Neves**: “ A bancada do Partido Socialista, pediu a relação de telemóveis e fiquei agradavelmente surpreendido com a informação positiva dada pela Câmara, mas esta Câmara Municipal é original, gostava de saber porque razão é que não foram distribuídos telemóveis aos vereadores da oposição e mais, havia um vereador da oposição que já tinha telemóvel no anterior mandato e que lhe foi retirado em moldes que me escuso de referir. -----

-

Porque é que só a eles não foram atribuídos telemóveis, não é um instrumento de trabalho, os vereadores da oposição não pertencem à equipa do trabalho do executivo, o Senhor Presidente da Câmara não tem dito várias vezes que o telemóvel é um instrumento de trabalho, eu nem quero acreditar que seja uma atitude revanchista. -----

Fiz esta pergunta enquanto membro da bancada do Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara, na resposta nem sequer se referiu a isto, o que é lamentável, porque eu estou aqui e não sou palhaço, estou aqui a apresentar qualquer coisa é para no fim ser respondido, quando muito, pode dizer que aguarde a melhor altura para responder, mas tem de ser respondido. -----

-

A relação dos tais telemóveis de trabalho, não são cinquenta e oito mas sim sessenta e quatro e constato que há muitos bem distribuídos, nem contesto, nem me cabe a mim contestar, mas há uns que pergunto a mim mesmo, são essas pessoas mais importantes que os vereadores da oposição, para terem um telemóvel atribuído e os vereadores da oposição não terem. -----

-

Considero esta situação inacreditável, pode-se dizer que é uma situação de pormenor, eu considero que não é pormenor, é uma maneira de tentar rebaixar, aliás, como foi agora o caso do Manuel Estriga, é uma maneira de tentar rebaixar a oposição.

-

Sinteticamente, gostaríamos de saber qual era a situação em que se encontra o regresso do ensino superior, que foi extinto durante o primeiro consulado do Partido Social Democrata, não me vai dizer que está a acompanhar o assunto, queremos dados concretos. -----

--

Também queríamos saber da certificação da qualidade, estive a ler os papéis e acho extraordinário, a certificação da qualidade em vez de ter começado pelos serviços técnicos, porque é a parte mais sensível, é a parte que mais necessita de regulamentação em termos da certificação da qualidade, não, começou pelas telecomunicações e outro que agora não me recordo.”-----

-

Durante a intervenção do Senhor Pato das Neves, compareceu o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-
Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ O primeiro ponto que queríamos referir, é a política do estacionamento da Câmara Municipal. -----

-
O Partido Social Democrata, cedeu àquilo que chamou de demagogia e responsabilidade do Bloco de Esquerda, contra uma proposta que tinha algum do texto que tinha na proposta, *Propomos que sejam eliminados os limites de horários que estão condicionados ao cartão de residente*, o Partido Social Democrata numa primeira fase chumbou esta proposta, a seguir aprovou a proposta apresentada pelo próprio Partido Social Democrata. -----

--
A aceitação desta proposta, gera uma flagrante injustiça entre os entroncamentenses, a maioria dos entroncamentenses mesmo a pagar vai ter dificuldades à hora do comércio aberto, nas zonas mais comerciais em arranjar lugar. ---

Nesta zona de parquímetros vai haver lugares à borla a rodos para quem não tem estacionamento próprio nem garagem, para quem utiliza o comércio vai ser mais difícil encontrar um lugar junto às lojas, mesmo pagando. -----

Se é justo e desejá-lo que se faça a regulamentação do trânsito à superfície, um trânsito que é cada vez mais caótico, não deixa também de ser verdade, que esta situação se deve, primeiro ao regabofe que houve durante a gestão desta Câmara por parte do Partido Socialista, segundo à desregulamentação que foi feita pelo Partido Social Democrata, em termos de Plano Director Municipal, passando por cima do PDM implementando-se o RMUE, que aonde havia dúvidas veio esclarecer para pior, aquilo que existia em termos da necessidade de estacionamento, em termos da obrigatoriedade de fazer estacionamento nos edifícios. -----

-
Isto, tem levado a consequências desastrosas para o Entroncamento quer simplesmente isto: neste momento é praticamente impossível numa zona importantíssima do Entroncamento, que é a zona de maior comércio, fazer a regulação do estacionamento nessa área, uma situação que leva a que o Município tenha que gastar muito dinheiro, sendo ele próprio a infraestruturar este estacionamento. -----

Nós no passado dissemos para não haver estacionamento à superfície enquanto não forem resolvidos uma série de questões e para isso é necessário fazer um estudo geral para o Entroncamento, no sentido de apontar soluções naquela área e fora daquela área, para resolver o problema do estacionamento. -----

-
Com esta situação toda, vamos ter o seguinte: vamos ter lugares de borla para quem não tem a culpa da situação que lhes foi criada, os moradores que vivem naquela zona, não têm a culpa do Município não ter obrigado os construtores a construir garagens e até diria, os construtores neste momento, estão em condições de chegar aqui ao Município e dizer assim: deixamos os meninos, criem deles agora, quem lucrou com isto tudo não foram os construtores em concreto, foram os especuladores, foram os que implementam e os que fazem os projectos. -----

-
Outra questão que queria referir, é o abaixo assinado que foi implementado pela Comissão de Utentes do Médio Tejo, que teve mais de três mil e novecentas assinaturas o que reflecte a preocupação dos entroncamentenses, em relação a esta área e em

relação aos serviços que lhe são prestados, cada vez estão piores. -----

Há uns tempos atrás, disse aqui na Assembleia que existiam quatro mil utentes sem médicos de família, neste momento já ultrapassaram os quatro mil e quinhentos, neste momento está mais uma médica à beira da reforma, que acrescenta na lista dela, mais dois mil utentes, ou seja, isto dispara para perto de sete mil utentes sem médico de família, o que é extremamente preocupante e representa uma das taxas a nível do distrito mais elevadas em termos de utentes sem médico de família. -----

Outra questão que queria levantar aqui é a cedência de terrenos à Santa Casa da Misericórdia, foi um assunto que foi aceite por todos os vereadores, sem ser questionado na Câmara Municipal devido ao timing que estava em cima da mesa, no entanto, eu deixo aqui uma preocupação, a Câmara Municipal, na área social tem responsabilidades, como nós vamos ver no cartão de idoso e outros pontos que vamos ver a seguir, está a entrar num processo em que lhe foi pedido a cedência de um terreno, não é parceiro dessa iniciativa e arrisca-se daqui a uns tempos, mesmo entrando com um valor elevado, que é o valor do terreno, arrisca-se daqui a uns tempos andar a pedir misericórdia à Santa Casa da Misericórdia para resolver problemas dos nossos concidadãos. -----

Isto é um mau negócio que tem de ser visto de futuro em termos de dar apoios a algumas instituições no geral, que é, quando a Câmara tem um papel importante deve assumi-lo, porque primeiro, é uma instituição pública que está a dar apoio a uma instituição de cariz privado. -----
-

Ainda em relação a isto, estão a ser feitas obras no Hospital neste momento, não vou ser categórico, mas gostaria que estivesse a informação do promotor da obra que está a ser feita, bem visível no local. -----
-

Nós Coligação Democrática Unitária, gostaríamos de consultar todo o processo de obras que estão previstas entre a linha do Leste e a rotunda provisória da Ponte da Pedra e gostaríamos também ter acesso, das demarches e possivelmente dos projectos da avenida que vai desde a Ponte da Pedra até ao IC3, avenida em duas vias. -----

Em relação às águas do centro, foi-nos prometido a nós autarcas, foi prometido à Câmara, foi prometido à Assembleia, que as obras começariam imediatamente, estamos quase na meta final do mandato, isto foi assinado no início do mandato e nada começou, está como dantes.”-----
-

Não havendo mais pedidos de intervenção no período de antes da ordem dos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao público presente:

Atendendo a que ninguém quis intervir da parte do público, o Senhor **Presidente da Assembleia** entrou de imediato na ordem dos trabalhos.-----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2010-----

-

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Acho de facto estranho não se querer intervir sobre um ponto que é de extrema importância em termos de arrecadação, em termos de política que envolve o próprio Governo e a própria Autarquia. -----

Nós vamos de facto aprovar os cinco por cento e vamos aprová-lo por uma razão que é extremamente importante, o Governo anda a pressionar as Câmaras no sentido de serem as Câmaras a ceder e serem elas a fazerem a redução do IRS, isto é inadmissível porque estes cinco por cento de IRS que foram atribuídos às Câmaras, foi para compensar o corte dos outros fundos que eram transferidos para as Câmaras. -----

É inadmissível porque o Governo tem aumentado os outros impostos, ainda não os baixou.” -----

-

Prosseguiu o Senhor **Luís Grácio**: “ Também como a Coligação Democrática Unitária, nós votamos contra a aplicação desta versão do IRS em sede do Município, porque entendemos que o IRS por ser um imposto redistributivo, escalonado, que onera os rendimentos mais elevados. -----

-

Ao introduzir-se este preceito da redução do IRS de cinco por cento por efeito da acção das Autarquias, é uma redução cega que abrange todos os escalões por igual, enquanto que o IRS, como todos sabem, é um imposto justo, progressivo e portanto, estes cinco por cento sem essa discriminação positiva acaba por adulterar o efeito que o legislador quis ter ao promover um imposto progressivo e universal. -----

-

Consideramos que esta acção é uma acção negativa, mesmo face à justiça que o IRS coloca em sede de rendimentos individuais e portanto, ao introduzir este preceito vai-se criar um processo de injustiça que nós não concordamos e portanto, vamos votar favoravelmente a manutenção da proposta. -----

-

Continuou o Senhor **Ferreira Marques**: “ Particularmente estou impressionado com as tomadas de posição do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária, porque me parece que isto está tudo envolvido numa teia de demagogia, estão mal explicadas as razões porque é que apoiam esta posição. -----

Sabemos a possibilidade que a Câmara tem de devolver aos cidadãos uma parcela da verba do IRS e a Câmara pode fazê-lo, a Autarquia de facto recebe uma quantidade muito significativa de receita de impostos e taxas e não percebemos porque é que numa cidade que muita gente contribui com impostos não é possível aligeirar o efeito negativo que a carga fiscal tem sobre os cidadãos. -----

-

Quer queiramos quer não, a distribuição dos impostos a pagar pelos cidadãos a maior parte delas é feito em sede de IRS e por conseguinte não percebo qual o pejo que há em a Câmara prescindir de uma percentagem para os cidadãos, sabemos que a situação económica está complicada e está complicada para todos, para os agentes económicos mas também para as pessoas que fazem gerar estas receitas, que naturalmente são as pessoas que trabalham e por efeito de receberem remunerações, têm de facto contribuir para o Estado com uma percentagem daquilo que ganham, logo aí está feita a distinção, não percebo até porque qualquer cidadão sentiria que estava de alguma forma a ser apoiado, num período em que a economia em geral, as próprias finanças pessoais se ressentem com os problemas que por aí existem e portanto, onde é que está a impossibilidade de a Câmara poder prescindir de uma percentagem desta verba, podia fazê-lo, não o quer fazer segundo parece, com o apoio do Bloco de

Esquerda e Coligação Democrática Unitária. -----

-

Nós não concordamos com isto, achamos mais uma vez que somos nós socialistas que estamos ao lado do povo, não basta dizerem-se que são comunistas, socialistas ou sociais democrata, para dizer que estão com o povo, não, esmagam-no, obrigam-no a aumentos reforçados de sacrifícios, mas o povo haverá de saber quem é que está com ele e aqueles que em nome do povo e nomes sonantes, carregam sobre ele.”-----

-

Interveio o Senhor **António Ferreira**: “ Bem me parecia que seria impossível não haver discussão sobre esta questão. -----

-

É tempo do Governo do Partido Socialista atizar os habituais trogloditas e denegridores do poder local, ainda ontem veio um para a comunicação social, fazer declarações que metiam os autarcas todos como corruptos, isto apesar das diferenças ideológicas, das nossas formas de vermos o poder local e havendo como em todo o lado situações que já deviam ter sido resolvidas, em Felgueiras, Oeiras e noutros lados e até nas nossas áreas e aí somos exemplares, quando não concordamos com alguém que está a fazer mal, tentamos colocá-lo a correr, aconteceu na Marinha Grande e em outros lados, não estavam a fazer as coisas como nós queríamos e nós tomámos medidas. -----

Em termos de transparência e em termos de bom funcionamento as Autarquias funcionam melhor que um Estado, aproveitam melhor os dinheiros, está aí o esforço que foi feito pelas Câmaras a nível do País em diminuir a dívida das Câmaras Municipais. –

Também não há duvida, que neste momento as Câmaras no País não contribuem para o défice do Estado, aliás, contribuí positivamente para as contas do Estado e isso é importante, agora, o Estado querer fazer floridos à custa das Câmaras, sejam elas a darem aquilo que lhe compete, como é que nós vamos fazer os lancis, os arruamentos, como é que vamos acabar os parques desportivos, se vamos dar aquilo que o Governo cobra e deve entregar constitucionalmente, está na constituição que o Governo deve dar uma parte daquilo que recebe em termos de impostos às populações locais, o mesmo quer dizer, às autarquias que gerem esse dinheiro. -----

-

Como é que o Governo pode falar em as Câmaras cederem as suas fontes de financiamento, quando todos os impostos e já foi dito aqui, estão a ser aumentados, quando os livros das crianças nas escolas foram aumentados dezasseis por cento, quando houve guerras enormes neste momento, que as crianças necessitadas não estão a receber as comparticipações nas escolas para a compra dos livros, que houve engano. ---

Nos últimos dois anos a economia paralela e clandestina representou vinte e vinte e cinco por cento da economia, significa cerca de cinquenta mil milhões de euros, significa também um prejuízo para os cofres do Estado em cerca de dezasseis mil milhões de euros, ou seja, representa várias vezes aquilo que nós não recebemos em sede de transferência da Comunidade Europeia através do QREN e outros.-----

-

O TGV em alta velocidade Lisboa/Porto, é necessária? -----

-

O Aeroporto, quando daqui a uns tempos não vamos ter combustível para fazer levantar os aviões. -----

--

Penso que devemos pôr os pés bem assentes no chão e ver quanto à crise que não é mundial, a crise começou em dois mil em Portugal, há quase dez anos que nós não

crecemos nada, o País está em estagnação há dez anos, não venham cá com crises internacionais”.-----

--

A Senhora **Maria Isilda** referiu: “ Gostava apenas relativamente a este assunto, de lamentar profundamente que o nosso Governo, o Governo do Partido Socialista não tivesse a mesma perspectiva do Senhor Engenheiro Ferreira Marques e da bancada do Partido Socialista, no que toca a estarmos eivados do nosso espírito democrático e ao lado do povo. De facto, o povo já não sente isso e, os Municípios não têm de se substituir às obrigações do Estado, não têm que fazer aquilo que o Estado não quer fazer, nomeadamente o seu Governo. E nós, Entroncamento, tal como todos os outros Municípios e Freguesias deste País, não temos de pagar no dia a dia, não enquanto autarcas, mas enquanto cidadãos, não temos de pagar no dia a dia pelas políticas que o Governo actual desenvolve e pela atitude que tem, perante os órgãos autárquicos nomeadamente, de a eles a tirar o ónus das suas decisões, o ónus das decisões que penalizam as populações.” -----

-

Continuou o Senhor **Ferreira Marques**: “ Vimos aqui muita retórica, muito discurso e como diz o povo *tum tum não enche barriga*, tem que ser com soluções concretas. -----

--

Em segundo lugar, quero lembrar que não há um Governo do Partido Socialista, há um Governo de Portugal, os Partidos, a sua função e a sua acção restrita, termina a partir do momento em que passam a ter funções institucionais e não há um Governo do Partido Socialista, há um Governo de Portugal há um Governo da Nação, há que tratar os bois pelos nomes. -----

-

Por outro lado, estão tão indignados com as acções do Governo, mas não se lembram sendo que e nomeadamente alguém se referiu a isto, que têm feito um grande contributo para a destruição do tecido empresarial em Portugal, ajudando à destruição do sector produtivo, vêm agora com conversas que o estado não intervém, quem gere emprego são os empresários são os empreendedores, não é o Estado que é gerador de emprego, não deve ser a alavanca essencial da economia e vemos no entanto, um aspecto importante que o Governo tomou, uma acção muito importante que vai ser uma alavancagem que a sociedade em geral passa a ter um domínio fundamental com as novas tecnologias que lhe dá acesso a todo o mundo.” -----

-

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu:” Peço-lhe imensa desculpa e desculpa a todos, mas estamos todos a divergir um pouco do assunto que aqui nos trouxe que é a participação variável do IRS a liquidar em dois mil e dez. -----

-

Peço que a sua intervenção se cinja a este ponto da ordem dos trabalhos.” -----

Prosseguiu o Senhor **Carlos Matias**: “ Cingindo-me ao assunto, o que se trata aqui de facto, é que estamos a tratar de um imposto directo. -----

-

Uma questão de principio, nós não somos contra as receitas das Autarquias e em particular do Município do Entroncamento, a política de fiscalidade das Autarquias e é disso que estamos a tratar, deve ser uma política de fiscalidade justa e no que toca à diferença entre impostos directos e indirectos, consideramos que os impostos directos são muito justos porque incidem sobre os rendimentos, é essa a razão porque nós achamos que o IRS é um imposto muito mais justo e que portanto, não deve ser

reduzida o seu peso no conjunto da fiscalidade do Município. -----

-

Se existe preocupação em reduzir, quero-me cingir ao caso em apreço, mas não posso deixar de referir, que se o Partido Socialista criou esta norma na lei das Finanças Locais, que permite às Autarquias reduzir os cinco por cento, está preocupado com o IRS aplicado às famílias, então deve actualizar os escalões do IRS e deve manter a isenção a tantos contribuintes deste País e muitos do Entroncamento e muitos reformados que não pagavam IRS e que passaram a pagar e sei do que estou a falar da minha própria família, em que existem reformas extremamente baixas que não pagavam IRS e que passaram a pagar, se o Governo de facto está preocupado com o rendimento das famílias, sobretudo do rendimento das famílias de menor recursos, pela via da fiscalidade e pela via do IRS era esse o caminho que devia seguir e não, privar as Autarquias, de receitas que lhe fazem falta e que se devem manter, porque vêm de uma base tributária justa.” -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Participação Variável do IRS a liquidar em 2010**” foi aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra do Partido Socialista. -----

-

A Senhora **Maria Isilda** apresentou a seguinte declaração de voto: “ É uma declaração de voto em que quero apenas dizer que para além do reforço nomeadamente do Bloco de Esquerda que foi feito relativamente a esta questão, o Partido Social Democrata lamenta profundamente que, nuns momentos a bancada do Partido Socialista se refira ao apoio e ao suporte ao Governo Nacional, enquanto Governo do Partido Socialista e noutros contrariem em absoluto essa posição. “ -----

O Senhor **António Ferreira** apresentou também a seguinte declaração de voto: “Votámos favoravelmente esta proposta, porque as Câmaras têm o direito de receber estes montantes, para fazer face às necessidades da população. -----

-

A população não pode ser prejudicada com promessas que o Governo faz e que não tem capacidade para cumprir e fazem outros cumprir.” -----

-

Também o Senhor **Ferreira Marques** fez a seguinte declaração de voto: “ Entendemos que não é pelo mal de receitas que entram para as Câmaras, que dão sempre bastante jeito, não é por isso, a questão não é essa, até poderia entrar muito mais que não faria mal e reconhecemos que há grandes investimentos através das Câmaras e de facto há e são visíveis, mas, podemos questionar sempre uma questão, será que esses investimentos são bons investimentos? É a grande questão, a questão é a boa despesa ou a má despesa, isso é que está em causa, um bom investimento não é gastar muito dinheiro é aquele que tem capacidade de ter retorno. -----

-

Por isso, é que sobre esta matéria temos duvidas, se as aplicações das verbas estão a ser correctas. “ -----

-

Entrou-se de seguida no ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

-

PONTO NÚMERO DOIS -----

-

DERRAMA PARA O ANO DE 2009 -----

-

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Primeiro que nada, fazemos uma recomendação em relação ao próximo ano. Nós vamos votar favoravelmente este um virgula cinco por cento da derrama, no entanto fazemos uma recomendação para dois mil e dez . -----

-

A aplicação à mesma da aplicação de um virgula cinco por cento, mas para as empresas com matéria colectável inferior a cento e cinquenta mil euros, que se reduza para essas empresas para zero virgula cinco por cento. -----

-

Foi uma medida que foi tomada pela Câmara Municipal de Benavente este ano e que visa essencialmente dar apoio às pequenas e médias empresas e às micro empresas que estão sujeitas, porque muitas não estão sujeitas a este tipo de imposto. -----

Por outro lado, também gostaríamos de ver o seguinte, já não é possível, mas gostaríamos de a ver na próxima, que esta verba fosse aplicada às actividades económicas no geral e mais em concreto, que fosse aplicada em necessidades que têm a ver com a criação de infra-estruturas para que empresas venham para o nosso concelho e a melhor forma de fazer isso é através do investimento na zona industrial em que as coisas estão mesmo más e continuam más, nasceram tortas, na área do saneamento e na área das infra-estruturas em geral, para melhorar aquele espaço, ao exemplo do que acontece na Câmara de Constância, onde eles têm um parque industrial que atrai muitas empresas, é isso que atrai as empresas, não é o um virgula cinco por cento sobre a derrama que atrai as empresas, são as condições em termos de infra-estruturas em termos de condições de ambiente de actividade das empresas, são esses factores que são determinantes e nós temos boas condições, temos boas acessibilidades, estamos no centro do País, temos que aproveitar essas partes.-----

-

Por outro lado, alertamos para uma outra questão, não vamos admitir pinoquices, para isso já noutras instancias essas pinoquices se fazem, que é prometer que estas verbas são aplicadas a determinado fim e depois através de uma, não digo que o vão fazer, mas nós, caso uma situação dessas votaremos contra, já o fizemos no passado. ----

Não admitimos que estas verbas sejam prometidas para um determinado fim e depois venham a ser aplicadas noutra totalmente diferente sem ser para investimento, como foi feito no passado para despesa corrente, portanto, vamos estar alerta para esta questão. -----

-

Já agora, em relação a este imposto para terem uma ideia de quem é que paga este imposto, pagam este imposto no concelho empresas como, as delegações bancárias, seguros, empresas de seguros, o E'Leclerce, o Lidl, o Pingo Doce, Soladrilhos e outras empresas que têm actividade no nosso concelho, como por exemplo a Refer e Telecom têm lucros, em relação à Refer, nem me pronuncio porque não sei, é pena que outras

empresas que têm uma grande importância no nosso concelho não pagam um cêntimo que é o caso da Refer, CP que não contribuem para este imposto, porque não têm lucros.

Isto é um imposto justo, porque muitas destas instituições que enumerei pagam em termos de impostos para o Estado à volta de doze a dezasseis por cento, se deixarem alguma coisa para as populações onde têm a sua actividade em termos local é muito importante, o E'Leclerce não tenho pena nenhuma deles, fazem um bom negócio e arruinaram o pequeno comércio no concelho, eles e outros, não é em concreto o E'Leclerce, são outras empresas também, arruinaram os canais de distribuição tradicionais, os nossos produtos, e portanto se eles deixarem alguma coisa, é para compensar isso.” -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

-

O ponto número dois “ **Derrama para o ano de 2009** “, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e nove votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

-

Apresentaram declaração de votos os seguintes membros: -----

Senhor **Ferreira Marques**: “ Nós de facto, entendemos que esta taxa não é motivadora para que as empresas trabalhem no sentido de gerar mais valias, sabemos que a pequena e média empresa têm grandes dificuldades, mas a questão central que queremos colocar e que nos levou a votar contra, é de facto a aplicação das verbas, são sistematicamente desviadas para os objectivos que são apresentados e isso indigna-nos, porque de facto uma boa gestão deve prever as actividades que vão ser financiadas. -----

Nós apelávamos à Câmara Municipal, que de facto utilize as verbas sem ter que andar a deslocalizá-las para outras actividades.” -----

-

Senhor **Luís Grácio**:” Todos sabemos a contextualização económica em que vivemos e nesse sentido o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta no executivo, para que a derrama tivesse uma actualização progressiva, porque entendemos as dificuldades porque passam um conjunto de empresas, nomeadamente as micro e médias empresas no concelho, requeriam uma atenção diferenciada em relação à aplicação da derrama, como não foi esse o entendimento do Partido Social Democrata, nós votámos contra. “ -----

--

Senhora **Maria Isilda**:”Relativamente a este assunto, o Partido Social Democrata votou favoravelmente a derrama, porque tal como já foi explicado em anos anteriores e muito bem explicado pelo representante da Coligação Democrática Unitária na sua intervenção, a derrama só é aplicada ao lucro tributável, isto é, a empresas que apresentam valores de lucro no seu exercício, portanto, as situações mais complicadas não são passíveis de derrama, por um lado. -----

-

Por outro lado, gostava de referir, que, a derrama pode por lei ser lançada e aprovada sem um fim específico. -----

-

A Câmara Municipal entendeu na sequência daquilo que foi feito no passado, dar um fim, dar um caminho àquilo que é o objecto de aplicação da derrama, não é obrigada a fazê-lo, não somos obrigados a cobrá-lo, mas parece-nos que é uma forma também, de algum respeito para com esta Assembleia e que deve ser considerado.”-----

Senhor **António Ferreira**: “ A Coligação Democrática Unitária votou favoravelmente, vimos quem é que cobra este imposto em termos do distrito, todas as Câmaras cobram este imposto com algumas particularidades, daquilo que é por exemplo a Câmara de Benavente. -----

A nossa declaração de voto também vai neste sentido: A economia deve estar ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço da economia, aquilo que o Partido Social Democrata referiu aqui, que só paga quem pode, só quem tem lucros, é lamentável, com a nossa declaração de voto dizemos que é lamentável aquilo que o Governo fez, foi empresas que acumularam sucessivamente prejuízos ao longo de alguns anos não possam abater esses prejuízos para efeito de cálculo da derrama neste momento e isso é que é lamentável e prejudicar as empresas e isso deve ser corrigido, tanto isso, como os fundos estruturantes que recebiam não podem também ser deduzidos em termos do lucro final. -----

O Governo desceu dos dez por cento sobre o IRC, para um virgula cinco, mas esses dez por cento representava dois virgula cinco do lucro tributável e passou para um virgula cinco do lucro tributável, que incide essencialmente sobre as empresas que melhor podem pagar, ou seja, diminuiu a carga fiscal sobre as empresas que mais podem pagar e isso é lamentável, veio a beneficiar as empresas sem problemas.” -----

Passou-se de imediato ao ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

-

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2009 -----

Pediu a palavra o Senhor **Ferreira Marques**: “ Fizemos uma análise sobre esta situação e chegámos à conclusão do seguinte: De facto no Entroncamento está-se a cobrar a taxa máxima e essa taxa máxima, sabemos que o Governo está a apresentar uma proposta na Assembleia da República de modo a baixar as taxas máximas. -----

Sabemos que em sede de reunião da Câmara, a própria Câmara propôs as novas taxas máximas, naturalmente tinha conhecimento que elas iriam ser alteradas para baixo, no entanto, nós não concordamos mesmo assim, com a tomada de posição da Autarquia, porque mantêm na mesma as taxas máximas. -----

-

Nós defendíamos e éramos favoráveis, que fossem aplicáveis as taxas do IMI uma redução abaixo das taxas máximas, o que era perfeitamente normal dado que o Entroncamento recolheu no ano dois mil e sete dois milhões de euros em IMI, portanto, é bastante significativo, tinha aqui uma margem para poder favorecer algumas pessoas com dificuldades sentirem-se um pouco aliviadas, a Câmara não tem essa visão, quer arrecadar as taxas máximas, nós não concordamos com isso e por isso mesmo, na obstante, sabemos neste caso concreto que o Governo vai propor e aprovar a redução das taxas máximas, é uma boa medida, é de facto favorecer as pessoas, é claro que não será só a Câmara do Entroncamento, todas as Câmaras ou a maior parte delas, irão de facto aplicar as taxas máximas e continuamos nós aqui na mesma a ponderar as

posições dos investimentos, continuamos a dizer que as verbas devem entrar nas instituições e devem ser aplicadas. -----

Continuamos a dizer, que gastar muito dinheiro é fazer bom investimento e é exactamente porque a proposta que nos chega é que a Câmara irá aplicar as taxas máximas, nós não concordamos com isso, iremos de facto votar contra.”-----

Continuou o Senhor **Luís Grácio**: “ Na Assembleia Municipal de Abril deste ano, em que se discutiram as contas da Autarquia relativas a dois mil e sete, o Bloco de Esquerda reafirmou o que quanto a nós tem vindo a ser demonstrado que têm sido acertadas as propostas do Bloco de esquerda em sede de orçamento de diminuição dos valores das taxas do IMI. -----

--

Teria sido possível baixar aquele imposto e exonerar as famílias. -----

-

Denunciámos também nessa altura, ainda que com o desagrado do Partido Social Democrata, que sai caro viver no Entroncamento, de facto, sai caro viver no Entroncamento, para quem vê o seu orçamento familiar ser sucessivamente lapidado com o constante aumento de impostos, as taxas de juros de empréstimo à habitação, etc.

Será repisar no argumento que todos conhecem e que inclusivamente a própria lei referia, o de que, os seus pressupostos sentavam numa tendencial equidade na tributação de todos os detentores de bens imóveis acabando com os desequilíbrios entre aqueles que pagavam muito pouco e aqueles que pagavam exorbitâncias. -----

-

Aliás, a própria Manuela Ferreira Leite que foi responsável pelo novo regime do IMI, durante o governo de Durão Barroso, disse recentemente que em todas as alterações da legislação há uma fase em que não se conhecem todas as possíveis consequências, pelo que a própria lei previa ser revista ao fim de três anos, o que não aconteceu. -----

-

De quem diz, não ser preciso esperar para ser Governo, para corrigir os efeitos gravosos do novo regime do IMI, pelo qual foi responsável era de esperar mais, nomeadamente nas orientações de acção política designadamente face às Autarquias onde são maioria. -----

--

Mais uma vez, como diz o provérbio, *bem emprega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz*, na verdade o que o Partido Social Democrata do Entroncamento propõe, mais não é do que tentar revelar uma falsa preocupação com os municípios, pois somente pretende alterar, em jogada de antecipação, o que todos já sabem ser a proposta do Governo para as novas taxas do IMI. -----

-

O Bloco de Esquerda tem procurado de forma coerente, desonerar as famílias do Entroncamento, contra o abuso em que se transformou a liquidação do IMI, por isso, tem proposto sucessivamente que as taxas do IMI a aplicar, não se situem no limite superior da banda prevista na lei, preocupando-se sempre por taxas de liquidação mais consentânea com as dificuldades que todos presentemente passamos e as expectativas de cobrança de receita da Autarquia mormente tendo em consideração a anterior cobrança da contribuição autárquica. -----

Todavia, o que temos vindo a assistir, é um aumento desmesurado da cobrança do IMI, relativamente aos anteriores valores de cobrança da antiga contribuição

autárquica, pois em dez anos a receita passou de cerca de seiscentos e seis mil e quinhentos euros em noventa e oito, para mais de dois milhões em dois mil e sete, ou seja um aumento de mais de trezentos por cento, este não é o nosso caminho, por isso não deixaremos de denunciar o que consideramos um abuso e contem sempre com a nossa oposição a este tipo de políticas. -----

-

O Partido Social Democrata tinha uma oportunidade para se retratar face às suas políticas anteriores, entendeu não dever fazê-lo, está no seu direito e nós no dever de rejeitaras suas propostas erróneas e gravosas para os munícipes do Entroncamento, votando contra a presente proposta. -----

-

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Esta questão do Governo ir diminuir o IMI, ter chegado à conclusão que o IMI é um rombo nos bolsos dos contribuintes e ainda por cima não agir logo, só pode ser má fé é mais promessas eleitorais, até porque não convém, se calhar, ao Governo baixar isto. -----

-

De facto, o que tem acontecido no Entroncamento de há dez anos para cá, as receitas em termos dos impostos que incidem sobre a habitação, passaram de seiscentos mil euros e ultrapassou os dois milhões de euros desde a entrada em vigor do IMI, as receitas duplicaram, ou seja, de dois mil e três para cá, as receitas duplicaram, isto diz bem do peso que isto tem sobre as famílias. -----

A reavaliação dos prédios já devia estar mais avançada e essa é um dos lados da resolução da diminuição de quem paga muito neste momento, porque deixa de pagar na base até aos zero virgula oito por cento, para passar na base do até ao zero virgula cinco por cento e passam a pagar alguns que podem, que neste momento pagam praticamente nada, enquanto jovens que adquiriram casa aí há dez anos, começam a pagar agora um valor extremamente elevado. -----

-

Por outro lado, para dois mil e quatro em termos de baixa do IMI, para zero virgula seis por cento, nós mesmo assim, mantivemos o nível de receita superior ao da contribuição autárquica, portanto, nós quando estamos a baixar para os zero virgula sete por cento, não é nada extraordinário, sessenta e sete por cento dos municípios o ano passado, já cobraram o IMI na base dos zero virgula sete por cento, ou inferior a isso. --

-

Nós neste momento devíamos estar a discutir em taxas menores que o zero virgula seis por cento, em termos de reavaliação dos imóveis, nós neste momento temos capacidade para baixar este imposto, este imposto como foi dito aqui, não é justo, tanto paga o pobre que tem a sua casa, como o rico que tem um palacete, que não paga quase nada, porque o seu palacete ainda não foi reavaliado. -----

No Entroncamento temos muita gente, têm uma casa, mas cujos rendimentos são extremamente baixos porque caíram na desgraça, ou porque os juros têm aumentado regularmente e esta questão de ter de pagar de trezentos a setecentos euros só para este imposto é extremamente difícil de pagar. “ -----

Usou da palavra a Senhora **Maria Isilda**: “ Relativamente a este assunto e é sempre um assunto difícil porque mexe nos bolsos de todos nós. -----

Gostava de referir que, relativamente à argumentação de valores, a transição do IMI, levou a que acabaram muitas das isenções ao que sei, no ano que estamos a avaliar. Portanto, houve um aumento significativo da recolha de imposto por via do término das isenções, portanto, nessa parte também devemos dizer tudo, não é apenas a

taxa que foi aplicada que levou a que os valores cobrados pelo Município sejam significativos nos montantes que foram referenciados, mas, porque muita gente deixou de ter isenção e passou a pagar o imposto. -----

Por outro lado, curiosamente há alguns Municípios que normalmente são Municípios de referencia para algumas das bancadas que aqui estão, que propõem uma taxa semelhante. Se calhar o Governo já devia ter provido a que as reavaliações fossem feitas de forma justa, de modo a que com valores reais, com as certezas daquilo que é previsível, todos nós pudéssemos decidir com mais informação o que não aconteceu até à data e no limite não consegui perceber o que disse o Engenheiro Ferreira Marques quando falou em taxas máximas, porque há uma taxa máxima, que não é taxa máxima. -

Meus senhores, temos uma situação para resolver e de facto o argumento da taxa máxima, que é bom para uns e não é bom para outros, para mim não serve.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2009** “ foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor **António Ferreira** apresentou a seguinte declaração de voto:” Nós votámos contra, assumimos sempre a nossa responsabilidade, se é para pagar é para pagar, se é, para não pagar, não pagar, neste aqui consideramos um imposto injusto da forma como ele está a ser aplicado, extremamente prejudicial para quem tem casa no Entroncamento e a casa é um direito constitucional para as pessoas e nessa base, todo as injustiças que existem neste imposto. Nada tem sido feito nos últimos anos para a resolver. -----

Entrou-se de seguida no ponto número quatro da ordem dos trabalhos.-----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO – ARTº. 68º -----

Pediu a palavra a Senhora **Isabel Maia** que referiu:” Este assunto está em discussão desde o processo de alargamento do cemitério e com o qual estamos de acordo, No entanto, há outros assuntos para os quais ainda não foi dada solução tais como a incineradora de restos dos covaais (tábuas, têxteis e flores), assim como o restante processo de alargamento do cemitério. -----

Não obstante, votamos favoravelmente este projecto de alteração. “ -----

Continuou o Senhor **Manuel Mesquita**: “ Acho estranho, que este assunto das campas, venha pela segunda vez a esta Assembleia já durante esta legislatura. -----

Andei à procura da outra proposta que veio aqui e se, não estou em erro, o artigo sessenta e oito tinha a redacção que aparece aqui no ponto cinco em que dizia que as

campas teriam um aro e ser cobertas com pó de pedra, areia, pedra e tapete de relva. ----

-
Recordo que essa proposta foi aprovada aqui por unanimidade e foi interpretado que aquela proposta que foi aqui apresentada na altura tinha em vista conseguir um cemitério com uma aparência mais uniforme e mais simples, isso foi realçado por todas as bancadas. -----

-
Acho muito estranho, neste momento aquilo que era o entender da generalidade das pessoas, agora venha a ser proposta uma alteração e venha a ser proposta uma alteração no sentido de subverter por completo aquilo que era a proposta inicial. -----

A argumentação que é apresentada parece-nos um bocado descabida, porque diz aqui: “*projecto de alteração do regulamento, do encarregado José Lucas Antunes foi presente uma informação que diz, referente ao Artigo sessenta e oito em virtude do projecto aprovado para revestimento das campas do cemitério a partir do talhão dezanove, não ser viável a sua aplicação*”, mas não é viável porquê, se se argumenta qualquer coisa deve-se justificar, agora dizer que não é viável. -----

-
Entendo, isto foi aprovado, portanto se agora se alterou devia ser explicitado porque é que vai ser alterado. -----

--
A redacção do ponto quatro, também me parece um bocado abusiva que diz assim: “*As sepulturas perpétuas a partir do talhão dezanove inclusive deverão ser revestidas em cantaria*” passa a ser obrigatório as pessoas a colocar lá uma campas. -----

Pessoalmente não concordo com isto.” -----

-
Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

-
VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Projecto de Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal do Entroncamento – Artigo 68º.**” foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Socialista e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

-
Passou-se de imediato ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

-
PROJECTO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO -----

--
Usou da palavra a Senhora **Isabel Maia**. “ Longe vão os tempos das doações em espécie: sacos de cimento, tijolos, tintas e outros materiais-----

-
Reconhecemos que existe sensibilidade e vontade, por parte da Câmara, em intervir nas áreas sociais apesar das irrisórias dotações orçamentais ano após ano. O mérito deve-se essencialmente ao quadro de pessoal da mesma, especialmente da área social, que é composto de funcionários dedicados e preocupados também intervêm

activamente nesta causa nobre e fundamental. -----

-

Mas mais importante, a Câmara deixou de delegar as suas competências noutros, que fracassaram, e passou a fazer de *per si*, muito mais barato e melhor! -----

-

Porém, consideramos que o artigo 4º é limitativo, pois pode haver idosos sem cartão. -----

--

Votamos favoravelmente este projecto de alteração do regulamento.” -----

Não existindo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco, “ **Projecto de Regulamento do Programa Entroncamento Solidário** “ foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

-

Entrou-se de imediato no ponto número seis da ordem dos trabalhos.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----

-

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO -----

-

Interveio a Senhora **Isabel Maia**:” Parece-nos uma medida bastante positiva e que beneficia cabalmente a população idosa deste município, mas gostaríamos de saber a percentagem de munícipes com cartão de idoso, tendo em conta o ponto anterior. -----

Não obstante, votamos favoravelmente este projecto de regulamento. “ -----

Prosseguiu a Senhora **Maria Isilda**: “ Como é sabido isto ainda é um projecto de alteração ao regulamento por um lado, por outro lado, aquilo que começou a ser feito, ao que sabemos, foi durante o mês de Setembro e portanto em termos de números, ainda é muito difícil ter a noção do efeito que isto está a ter na vida dos idosos do Entroncamento. -----

-

Por outro lado, há um trabalho que naturalmente vai ter que ser feito, especialmente com pessoas com mais dificuldades de acesso, mas, relativamente a este processo, obviamente que nós vamos votar favoravelmente. “ -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação. -----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

-

O ponto número seis “ **Projecto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes

das Juntas de Freguesia.-----

--

Passou-se de imediato ao ponto número sete da ordem dos trabalhos. -----

-

PONTO NÚMERO SETE -----

-

PROJECTO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pediu a palavra a Senhora **Isabel Maia**: “ Como é do conhecimento geral a educação pré-escolar é essencial no que respeita ao desenvolvimento global da criança e ao desenvolvimento de competências básicas para o ingresso no ensino básico. Assim sendo, é nosso entendimento a obrigatoriedade de frequência da educação pré-escolar, que à semelhança dos outros níveis do ensino deverá ser gratuita, de forma a garantir uma oferta educativa e social que promova uma educação de qualidade e combata as desigualdades sociais. -----

-

Não obstante, votamos favoravelmente este projecto de regulamento.” -----

Prosseguiu o Senhor **Carlos Matias**: “ Nós não podemos votar favoravelmente este documento, vamos votar contra e vamos votar contra pelo seguinte: -----

-

Lida a nota justificativa que apresenta o documento, bastante bem redigida diz o seguinte: “ *Considerando que a prestação de serviço de refeição, bem como a organização de actividades de prolongamento de horário e de ocupação nas interrupções lectivas, se perfilam como factores que influenciam positivamente as condições de aprendizagem, contribuindo também para a conciliação entre a vida profissional dos pais/encarregados de educação e as actividades lectivas dos seus educandos; Considerando, ainda, que as Autarquias assumem um papel cada vez mais preponderante na dinamização destas actividades,ect, ect. e propõem-se o articulado que vem a seguir.* -----

-

O articulado exclui liminarmente as crianças cujos pais trabalham, não conseguimos compreender, porque é que essas crianças não hão-de ser influenciadas positivamente nas suas condições de aprendizagem. -----

O artigo terceiro diz: “ *Destinatários – Os serviços de refeição, prolongamento de horário e actividades nas interrupções lectivas destinam-se a todo as crianças que frequentam os Jardins de Infância e cujos pais trabalham.*”, portanto, se os pais não trabalharem, as crianças são excluídas. -----

-

Portanto, se os pais trabalharem as crianças têm acesso a este serviço e portanto são influenciadas positivamente nas suas condições de aprendizagem, se os pais não trabalharem não são beneficiadas, isto é, no limite absurdo se houver crianças cujos pais estejam a trabalhar mas fiquem subitamente desempregados, além de serem privadas do seu posto de trabalho e do seu sustento, ainda são privados do serviço de refeição do prolongamento de horário e actividades nas interrupções lectivas dos seus filhos, o que é absurdo e inadmissível. -----

Achamos que deve ser dada a possibilidade, dos pais, facultativamente quererem que os seus filhos vão ou não vão, acedam ou não acedam, se os pais que não estão a trabalhar e que têm a possibilidade e a vontade de acompanharem directamente os seus

filhos, muito bem, os seus filhos não frequentaram estas actividades, se os pais não estão a trabalhar, mas querem que os seus filhos continuem a beneficiar, não estamos a ver porque é que essas crianças hão-de ser prejudicadas. -----

-

Achamos que não faz sentido e portanto, não podemos estar de acordo em que haja aqui tratamentos diferenciados, eu percebo a ideia, mas acho que foi extremamente infeliz e errada a maneira como ela foi aplicada.” -----

-

A Senhora **Isabel Maia** referiu: “ Estive com muito cuidado em relação a este ponto também me preocupou e lembrei-me da primeira vez que ouvi falar destes serviços de apoio à família, cuja preocupação eram os meninos do Jardim de Infância e do primeiro Ciclo, cujos pais trabalhavam e que não tinham com quem os deixar, na altura das interrupções lectivas, isto nunca foi para a frente, a não ser com este Governo, através da transferência de competências. -----

-

No Decreto-Lei que fala na transferência de competências é omissa em relação para quem se destina este serviço de apoio à família. -----

-

Entretanto se consultarmos com atenção este regulamento, vemos que no artigo quinto, no que diz respeito às inscrições, a determinada altura e isto foi o que não nos levou a falar do assunto, fala de recibos de aquisição de medicamentos para uso continuado no caso de doença crónica devidamente comprovada pelo médico e pensei, estão salvaguardados aqueles casos em que os pais adoecem e por algum motivo vem-se impossibilitados de levar as crianças para casa e têm com quem os deixar. -----

-

No ponto quatro ponto nove diz: “ *Em situação de desemprego dos elementos que compõem o agregado familiar, declaração da Segurança Social ou do Centro de Emprego atestando a situação*” então pensei, como há casos omissos na lei, a determinada altura deste regulamento, a Câmara achou por bem nas inscrições, deixar salvaguardados estes casos que também me preocupavam a mim.-----

-

Também não podemos deixar de pensar noutra coisa e foi isso que me levou a ter a preocupação de dizer aquilo que nós sentimos a obrigatoriedade do ensino pré-escolar, se fosse obrigatório era lógico que já não se punha a questão do ponto terceiro, dos pais que trabalham e dos pais que não trabalham, mas também não tenho a certeza se me está a escapar alguma Lei que eu desconheça.”-----

-

Continuou a Senhora **Maria Isilda**: “ Relativamente a esta questão, independentemente de algumas sugestões, penso que se a questão for suscitada certamente a Câmara na medida das suas possibilidades acolherá. -----

-

Nós temos algumas referências no artigo sexto no que respeita às chamadas participações familiares, em que existem diversas ressalvas sobre a questão de pessoas com alteração de situação sócio económica, nomeadamente de desemprego, portanto em termos de agregados familiares. -----

-

Portanto, se por um lado o artigo terceiro poderá suscitar algumas dúvidas, de algum modo o artigo sexto ressalva, parece-me, essa situação. Não sei se a articulação que eu fiz disto é errada. -----

Os casos omissos do artigo do artigo oitavo, serão analisados e decididos pela Câmara Municipal. Isto quer dizer que, no mínimo, situações mais gravosas ou mais complicadas poderão sempre ser chamadas à Câmara Municipal para uma decisão complementar e portanto, penso que está salvaguardada uma das situações que possa ser mais crítica. -----

-

Nesse sentido, independentemente da posição que já trazíamos, penso que está salvaguardada a questão e portanto, o Partido Social Democrata como já era pensado, votará favoravelmente este documento. -----

-

Pediu a palavra a Senhora **Célia Leal**: “ Já que estamos a falar de um assunto em que me vi confrontada nesta semana com ele, tentar inscrever a minha filha, que está no pré escolar para a questão da alimentação, uma vez que a nova pré primária é muito perto da minha casa e longe da casa dos meus pais para lhe assegurarem a alimentação dirigi-me ao Agrupamento para fazer a inscrição e um dos documentos que me pediram foi o comprovativo de trabalho, eu disse à senhora que era profissional liberal, será que é essa a questão que eu aqui levanto, que os profissionais liberais, pessoas que prestam serviços, que têm comércios, que trabalham por conta própria, também não podem aceder a esses serviços? -----

-

É uma das questões que penso poderiam ser esclarecidas, que a mim me foi levantado e me foi pedido com muita ênfase era a entrega desse documento, um comprovativo da minha entidade patronal. “ -----

-

Respondeu a Senhora **Maria Isilda**: “ Em primeira instância, tenho alguma limitação ou alguma preocupação, em tentar responder-lhe porque a senhora é que é jurista. -----

--

Obviamente, quando se fala em pais que trabalham, penso que um jurista que paga impostos, faz declaração de IRS, consegue provar que trabalha. “ -----

-

Prosseguiu a Senhora **Célia Leal**: “ A questão, é que me foi pedido uma declaração de trabalho, não tem nada a ver com IRS, que eu nem preciso de o apresentar, uma vez que eu não estava a pretender nenhum escalão. -----

-

Relativamente à questão do IRS, estava isenta de o apresentar, porque não queria nenhum subsídio, nenhuma comparticipação por parte da Autarquia, relativamente à minha filha, apenas queria que lhe fosse prestado um serviço, pelo qual eu me disponibilizava o montante que me fosse pedido pela Autarquia, mais nada do que isso.” -----

-

Continuou o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “ Em ultima instância, uma declaração da Segurança Social, que é passada como faz descontos, que é prova em como está a efectuar descontos e que está empregada. “ -----

Respondeu a Senhora **Célia Leal**: “ Neste caso, só para esclarecer, nós advogados não estamos inscritos, nem tenho que estar, que é o meu caso.” -----

Pediu a palavra a Senhora **Maria Isilda**: “ Não estando em causa uma situação pessoal, personalizável, no caso da Senhora Doutora a Ordem passa-lhe um papel a

dizer que trabalha, mas, e desculpem-me insistir nesta questão, foi uma situação pessoal, provavelmente alguém com excesso de zelo aplicou, mas, aquilo que está aqui, é um projecto para o futuro e portanto, aquilo que estamos a analisar aqui é um projecto para o futuro, não é retroactivo, como algumas das leis que têm sido aprovadas neste País, isto não é retroactivo Senhora Doutora.” -----

Esclareceu a Senhora **Célia Leal**: “ Quando apresentei a situação, não pretendia de nenhuma maneira, porque se não, teria o feito no tempo que é destinado ao público, não pretendi de nenhuma maneira apresentar uma situação pessoal, apenas pretendi, que, quando se falou aqui na questão dos que trabalham, que fosse então sugerido que se explicita, que trabalham quer por conta de outrem, quer que trabalhem por conta própria, só nesse sentido e nada mais. “ -----

-

Pediu a palavra a Senhora **Teresa Martins**: “ Sou profissional do pré escolar e esta questão não se passa só no Entroncamento, é igual em muitos outros concelhos, pedem os mesmos documentos, da mesma forma e com a mesma designação, portanto, aqui, estamos com excesso de zelo em relação às palavras, porque todos nós sabemos que aquilo que lhe pediram, foi um comprovativo em como trabalha, seja da Ordem, seja da Segurança Social, seja o IRS em como faz descontos. -----

No Agrupamento onde eu trabalho, pedem às pessoas o papel do IRS, é só isto que se está a falar, estamos aqui a gastar tempo e latim, numa coisa que todos nós sabemos o que é. “ -----

-

Prosseguiu o Senhor **Carlos Matias**: “ Não vou discutir os papéis que são pedidos, acho que isso não tem grande importância para aqui. -----

-

Posso fazer um esforço para perceber, que eventualmente a ideia seja a de evitar que pais que estão em casa e que tomam a opção discutível, de não tomarem conta dos filhos e depositá-los porque é mais cómodo, porque gostam mais de estar no café, ou outras actividades e provavelmente não estão muito vocacionados para serem pais ou mães e portanto, abdicam desse privilegio de educar os seus filhos e preferem ir depositá-los num sitio onde alguém tome conta deles e penso que isso é compreensível e que, comportamentos desse tipo, são de combater. -----

--

Se é essa a intenção, acho que a solução para o problema foi errada, porque a forma que aqui está e não é nenhum caso omissio, está preto no branco em duas linhas, pais que não trabalham não beneficiam disto. -----

Uma vez aprovado este regulamento aqui na Assembleia Municipal, a Câmara não tem competências para tomar uma opção diferente.-----

-

Acho que esta questão, de facto, não vale a pena perder muito latim com ela, nós, como isto está aqui escrito, não aceitamos, vamos votar contra, como está à vista, o documento é aprovado e vai assim, é um mau documento, mas penso que seria avisado, a Câmara retirar o documento, reapreciá-lo na Câmara encontrar uma outra formulação e trazer-lo aqui, porque penso seria aprovado por unanimidade, mas enfim, essa é a minha ideia e cada qual assumirá as suas responsabilidades.” -----

Continuou o Senhor **Ferreira Marques**: “ Concordamos naturalmente com o documento, os seus objectivos são naturalmente indiscutíveis e depois de algumas questões que foram aqui colocadas, aquilo que me apraz dizer, é que nós votaremos favoravelmente, fazendo uma pequena recomendação, aquilo que encontrarem, que

funcione menos bem, que o corrijam, a essência é importante.” -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número sete à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

- O ponto número sete “ **Projecto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos estabelecimentos de Educação Pré Escolar da rede Pública do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

---- A Senhora **Isabel Maia**, apresentou a seguinte declaração de voto:” É nosso entendimento, que a educação pré escolar deveria ser obrigatório, apesar disso, não sendo obrigatório a educação pré escolar, este documento é um bom começo para resolver o problema em questão.”-----

- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu um intervalo de cinco minutos. -----

- Após o intervalo, entrou-se no ponto número oito da ordem dos trabalhos. -----
PONTO NÚMERO OITO -----

PROPOSTA DE ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO (T-LVT)-----

- Pediu a palavra o Senhor **Carlos Matias**: “ Estamos de acordo, esta proposta faz mais sentido com o desenvolvimento do Museu Nacional Ferroviário, e pensamos que o Museu e indirectamente o Entroncamento tem tudo a ganhar em participar numa estrutura de tipo associativo que promova o turismo, neste caso um turismo muito específico. -----

- No entanto, queria deixar uma nota que é a seguinte e que de alguma forma é até autocrítica em relação a esta Assembleia, penso que poderei falar por todos: A adesão a este tipo de estruturas passa e bem pela rectificação da Assembleia Municipal, mas, por alguns anos que levo já de deputado Municipal, à semelhança de muitos outros que aqui estão, normalmente nós aprovamos mas depois, nunca mais sabemos de nada, enquanto Assembleia Municipal, da participação do Município nestas associações, ou outro tipo de estruturas, e portanto, deverá haver regularmente um envio de um relatório, ou um testemunho qualquer do que resulta daquilo que nós aprovamos aqui. -----

Portanto, seria bom que daqui a uns tempos, um ou dois anos, da nossa participação nesta entidade fosse remetida à nova Assembleia Municipal uma prestação de contas e uma informação daquilo que efectivamente o concelho ganhou ou não com a participação deste tipo de entidades. “ -----

--- Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**:” Estas entidades regionais de turismo vêm agora extinguir, os órgãos regionais e locais do turismo, estes órgãos que existiam até agora, tinham uma certa autonomia, eram órgãos onde os representantes das

populações tinham um peso enorme e havia uma liberdade da escolha, dos concelhos a pertencer em termos associativos a uma das estruturas e até, se não se sentissem bem numa estrutura e se os interesses das populações não estivessem devidamente salvaguardados, passavam para outra estrutura. -----

-

Aquilo que está em causa neste momento aqui com este processo, é a centralização do turismo num único órgão, no órgão regional do turismo que não coincide por exemplo com o PROT, e cujo o PROT não faz referência a este órgão do turismo. -----

-

Por outro lado, há uma grande apreensão da nossa parte, os Municípios a perderem peso nesta estrutura, há outros que ganham peso nesta estrutura e ganham peso através da participação directa nesta estrutura, através do órgão deliberativo, no órgão executivo e quem são esses? São empresas, grandes grupos económicos, que passam a pertencer ao órgão deliberativo e inclusivamente podem estar na própria direcção, apesar de neste momento, estar mais ou menos salvaguardado, os três renumerados que em princípio serão os Presidentes de Câmara, mas esse órgão executivo pode ter até nove elementos, ou seja, dos três para os nove, poderá haver seis não renumerados que poderão ser essas empresas. -----

-

Portanto há esta filosofia que existe para as outras áreas, que é as parcerias público ou privadas, que aqui estão notoriamente em cheio nesta área, a ligação de colocar os interesses públicos aos serviços dos interesses privados, é o que está aqui, onde não se sabem, onde começa o interesse público e onde acaba o interesse privado. –

Nós vemos com alguma apreensão esta situação e vemos com alguma apreensão, porque vão estar representados nestas entidades, grupos económicos mais ou menos ligados ao turismo, grupos monopolistas ligados ao turismo e os interesses das populações ou a participação das populações fica diminuída neste processo. -----

-

Para além disto, vai contra aquilo que está previsto na Constituição, que é as regiões administrativas, é uma atitude por parte do Governo que fez isto sem grande consulta das organizações representativas dos Municípios e portanto, nós vemos com muita apreensão esta situação. Só vamos votar a favor a proposta de adesão, por uma razão muito simples é que, neste momento as Câmaras estão a ser pressionadas para receber fundos para resolver problemas, aderindo a esta entidade, que se chama Administração Regional do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, em que são englobados, Setúbal, Lisboa e que conhecem perfeitamente o PROT, no PROT não está Lisboa e Vale do Tejo, portanto, é uma medida desgarrada do próprio planeamento. -----

Que fique bem claro, só vamos votar favoravelmente porque estão em causa financiamento que são indispensáveis para o nosso concelho e se nós não aderirmos porque não temos outra hipótese, se não aderirmos, ficamos sem esses financiamentos, sobretudo na questão do Museu Nacional Ferroviário. “ -----

-

Continuou o Senhor **Ferreira Marques**: “ Nós de facto vamos votar favoravelmente este tema, não partilhamos da opinião da Coligação Democrática Unitária, porque entendemos que não podemos ter preconceitos em relação a parcerias público ou privadas, é importante e uma mais valia, que os sectores mais dinâmicos da sociedade mesmo que sejam empresas que persigam o lucro, que é naturalmente o motivo de muitas empresas, mas, acrescentam também a especialidade que têm em

gestão de organização deste tipo. -----

-

Por conseguinte, acrescentar mais valor ao valor que já existe, é sempre positivo, não há que ter preconceitos que os empresários do sector entrem como parceiros em actividades, até porque podem enriquecer, eles é que têm o conhecimento e a legitimidade de mercê disso, ter rendimentos. -----

Há que aproveitar, do nosso ponto de vista, os melhores parceiros, sejam eles públicos, sejam eles privados, deve-se procurar as pessoas que mais sabem e melhor sabem fazer. “ -----

--

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número oito à votação. -----
VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

-

O ponto número oito “ **Proposta de Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T – LVT)**” foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

-

Passou-se de imediato ao ponto número nove da ordem dos trabalhos. -----

-

PONTO NÚMERO NOVE -----

-

PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA PELOS FEIRANTES -----

Atendendo a que ninguém quisesse intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número nove à votação.-----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

-

O ponto número nove “ **Projecto de Alteração ao Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho Exercida pelos Feirantes**” foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

Entrou-se de seguida no ponto número dez da ordem dos trabalhos. -----

-

PONTO NÚMERO DEZ -----

-

ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO -----

Pedi a palavra o Senhor **Carlos Matias**, que referiu:” Nós não vamos obstar a que o Entroncamento se associe no âmbito da Comunidade Intermunicipal, defendemos o associativismo entre Municípios, pensamos que podem vir daí benefícios para o nosso concelho, como aliás, para todos os outros, neste tipo de parcerias e portanto, não vamos obstar a que o Entroncamento avance para aí. -----

No entanto, temos um conjunto de reservas, que relativamente à Lei que cria estas Comunidades Intermunicipais e que estão plasmados naturalmente nos estatutos que nos são apresentados. -----

- Os estatutos que nos são apresentados, são uma larga decorrência daquilo que a Lei estipula, a Lei aprovada em vinte e oito de Julho e nós aí, temos muitas reservas em relação a um conjunto de pontos. -----

- Para ser breve, vou referir só dois pontos. -----

- Pensamos que há um retrocesso numa visão supra municipal, neste caso ao Médio Tejo e que esse retrocesso na visão supra municipal é bastante clara no modo como são eleitos os membros das Assembleias da Comunidade Intermunicipal, recordando da Lei anterior, os membros das Assembleias da Comunidade Urbana eram eleitos em listas votadas por um colégio eleitoral constituído globalmente por todas as Assembleias Municipais, o que fazia, com que qualquer membro da Assembleia Municipal que fosse eleito numa lista, tinha uma legitimidade eleitoral e política para abordar qualquer assunto de qualquer dos concelhos da Comunidade Urbana do Médio Tejo. -----

-- Isto não se passa na nova Lei, na nova Lei como certamente viram, a serem aprovados esses estatutos, cada Assembleia Municipal, irá eleger um conjunto de representantes à Assembleia Intermunicipal, o que quer dizer, que a sua legitimidade eleitoral e política resume estritamente à da sua Assembleia Municipal e portanto, isto acentua o localismo, restringe a localização, restringe a dimensão que devia ter um órgão que é supra municipal e portanto, nós discordamos disso. -----

Depois há um outro aspecto, existe uma limitação ao associativismo que está nestes estatutos, nós não nos revemos na anterior formação da Lei, que era o mais ou menos o salve-se quem puder, na constituição das Comunidades Intermunicipais, se é verdade que aqui no Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, até havia alguma coerência geográfica na opção que foi tomada, mas, em muitos sítios sabe-se que houve algumas aberrações na constituição deste tipo de estruturas. -----

- O que estes estatutos impedem, é que por exemplo, mesmo que todos os concelhos estejam de acordo no Médio Tejo e mesmo que todos os concelhos estejam de acordo na Lezíria do Tejo, é impossível constituir uma única associação intermunicipal, para a Lezíria do Tejo e para o Médio Tejo, o que nos parece uma limitação ao associativismo que não faz sentido e que, além do mais, contraria alguma coerência histórica, geográfica, económica e política, que existe entre estas duas NUT.s três e isto resulta do facto como certamente terão visto, de só poder haver associações que correspondam à área geográfica de uma NUT.s três, isto é, um Médio Tejo, um Pinhal Interior, ou uma Lezíria do Tejo, mas que pertençam forçosamente à mesma NUT.s dois, isto é, nós Médio Tejo só poderemos eventualmente se for essa a vontade das partes juntarmo-nos ao Oeste ou juntarmo-nos ao Pinhal Interior e nunca poderemos, mesmo que seja essa a vontade unânime das partes, juntarmo-nos à Lezíria do Tejo. -----

- Portanto, não aceitamos este tipo de imposições aberrantes, até porque esta separação das NUT.s três, pelas NUT.s dois, não tem qualquer racionalidade do ponto de vista da história, da economia ou da política, tem uma racionalidade que todos nós

conhecemos, que é de aproveitar ao máximo os fundos comunitários, o que é pouco, quando pensamos uma região nas suas diversas dimensões. -----

-

Posto isto, nós vamo-nos abster relativamente a estes estatutos esperamos, no que toca à intervenção supra municipal, os próximos passos sejam de avanço e não sejam de retrocesso, como é este o caso. “ -----

-

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ A Coligação Democrática Unitária vê com muita preocupação, aliás, algumas questões já foram aqui levantadas, este género de associações de Municípios e vou chamar à atenção de uma questão: -----

-

Mação, tanto na parte do turismo que nós aprovámos ainda agora, com esta parte do associativismo vai ficar fora da nossa área e eles tinham escolhido em termos de Comunidade Urbana anterior, pertencer à nossa Comunidade Urbana, por razões históricas, por razões de proximidade, por uma série de razões que são importantes para eles, ficam sem essa liberdade, são expelidos para o Pinhal Interior, para uma zona que historicamente eles não estão tão ligados. -----

-

Por outro lado, esta questão desta Lei, consagra a continuação daquilo que tinha sido feito no Governo do Durão Barroso, com a aprovação, com a ideia do Durão Barroso, muitos dos autarcas, apesar de não termos concordado na altura, mesmo do Partido Social Democrata, chegaram a uma conclusão de que, havia de facto, necessidade de uma maior autonomia, mais meios e de funcionar em termos de regionalização, esse exemplo que se criou levou-nos a essa vontade. -----

-

O que esperávamos por parte do Partido Socialista, que consagra-se a regionalização que está consagrada na Constituição, mas muito próximo disso, um passo pelo menos em frente, esta legislação veio fazer um retrocesso em relação àquilo que se passava com a legislação criada na altura do Durão Barroso. -----

Tanto em termos de Constituição, que viola o princípio constitucional do livre associativismo e isto é fundamental que se diga, como na negação das regiões administrativas, isto é de facto, a negação das regiões administrativas. -----

Por outro lado, as competências que são dadas, são grosso modo aquelas que já existiam anteriormente, estão ligadas essencialmente à coordenação, participação e articulação, onde o Estado Central mete a pata em cima e serve-se desta organização para controlar os Municípios, ou os Municípios aderem a isto ou não há fundos do quadro comunitário. -----

--

A forma de eleição que já foi aqui referida, as pequenas organizações, os pequenos grupos, para além daquilo que já foi referido aqui, depois dos nossos representantes estarem na Comunidade e estarem a falar em nome da Comunidade e não no geral, também há este aspecto, as pequenas organizações ficam prejudicadas em relação às grandes organizações e à sua representatividade nesse órgão. -----

-

Por outro lado, a questão do financiamento que é sempre crucial, é isto que dita a autonomia, o que é que está previsto em termos certo a CIM, ela pode contar com zero virgula cinco por cento das transferências do FEF, isto representa algumas escassas centenas de milhares de euros, notoriamente insuficiente para esta organização desenvolver a sua política, fica depois dependente das comparticipações do Estado. ----

Chamo à atenção, que estes zero virgula cinco por cento do FEF, representam menos que os Gabinetes de Apoio Técnico estão a receber neste momento. -----

-

Nós entendemos e só para finalizar, nós estamos numa situação difícil, compreendemos para votar isto, compreendemos que é necessário a Câmara aderir a isto e por outro lado, discordamos completamente da legislação que está a ser criada e na base de como funciona isto e portanto, nesta dualidade de situações, se tivéssemos numa Câmara onde estivéssemos no poder votávamos de uma forma, neste caso, vamos votar de outra forma, porque vamos protestar, o nosso voto vai ser de protesto contra a legislação e vamos votar contra por isso. “ -----

-

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número dez à votação.-----

-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

-

O ponto número dez “ **Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**” foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

-

Entrou-se de seguida no ponto número onze da ordem dos trabalhos. -----
PONTO NÚMERO ONZE -----

-

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

-

Pediu a palavra a Senhora **Isabel Maia** que referiu: “ No que diz respeito aos protocolos assinados com as empresas promotoras das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico, somos da opinião que as mesmas deveriam ser exclusivamente da responsabilidade do Ministério da Educação colocando, para o efeito, nas escolas, docentes com habilitação própria para este nível de ensino e com formação específica nas áreas a leccionar. -----

Mas tendo em conta o disposto na lei que permite a transferência de competências para os municípios nos domínios da Educação, nomeadamente, nas Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º.Ciclo do Ensino Básico a Autarquia, ao celebrar protocolos com as empresas promotoras destas actividades e sem prejuízo do disposto no nº. 1 do artigo 11º. do Decreto-Lei nº. 144/2008, de 28 de Julho, deverá exigir destas entidades que as Actividades de Enriquecimento Curricular sejam leccionadas preferencialmente por docentes detentores de habilitação própria para este nível de ensino e com formação específica nas áreas a leccionar.” -----

-

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ Temos duas dúvidas e gostávamos de ser esclarecidos: -----

-

Em relação ao colector pluvial na rua Aquilino Ribeiro, gostaríamos de saber qual é este projecto? -----

-

Gostaríamos de saber também, sobre o centro de compostagem na zona industrial. -----

--

Gostaríamos de referir as finanças da Câmara, que em termos de dívida a curto prazo diminuiu bastante, em termos de dívida a longo prazo também diminuiu bastante, o que é positivo, aliás, vai naquele sentido que ainda agora referi, que os Municípios estão a fazer um esforço enorme no sentido de pagar as suas dívidas e isto tem a ver com o seguinte: Não se está a fazer um esforço de financiamento, porque o QREN tem estado paralisado, as fontes de investimento têm estado bloqueadas, portanto, neste momento, aquilo que as Câmaras têm feito nestes últimos dois anos, o esforço tem sido no sentido de liquidar dívidas. -----

-

Chamo à atenção, que isso tem sido feito, essencialmente, com o esforço que a população está a fazer para pagar o IMI e também com a venda de património, que nós já dissemos aqui anteriormente, que é preocupante a venda de património nesta altura em que nós vivemos uma crise, esse património se calhar, está a ser vendido a preços muito baixos. -----

--

É isto essencialmente, Câmara diminui dívidas os munícipes estão a pagar isso com muito esforço.” -----

-

Prosseguiu o Senhor **Carlos Matias**: “ Quero agradecer a informação que foi prestada, só a pude ver ontem à noite e que nos aparece agora, de uma forma muito mais enxuta e despida de alguma informação irrelevante que não importava vir aqui. -----

Para além do que está aqui nesta informação, nos aspectos económicos onde ela se centra, gostaríamos de apreciar uma decisão recente do Executivo Municipal, referimo-nos à decisão tomada pela maioria PSD/PS, de entregar a privados a exploração do espaço das antigas piscinas e uma vez que estamos a falar da actividade municipal, dizer que não concordamos com essa decisão, não por qualquer fundamentalismo anti privados e eventual reacção epidérmica ao fundamentalismo pró privados, aqui expressa pelo Partido Socialista, para quem tudo o que o Estado faz é mau, o Estado faz tudo mal, tudo o que os privados fazem, fazem bem, não é nada disso, aliás, sempre que ouço isso, permitam-me que vos diga, lembro-me logo das séries de falências nos Estados Unidos e fico realmente espantado com o fundamentalismo privado, pelos vistos, coloca o Partido Socialista à direita da direita mais conservadora de todo o Mundo, mas isso é um problema do Partido Socialista. -----

-

O que nos leva a estar contra a decisão da Câmara, é que consideramos, que a actividade desportiva e a sua promoção devem ter uma intervenção da Câmara, no sentido de a fomentar, a Câmara não pode demitir-se de intervir nessa área para a qual tem instalações, tem quadros, tem regulamentos enquadramentos da actividade. -----

Curiosamente, no momento em que a Câmara até dá um bom passo, com o Entroncamento Solidário, dá outro na direcção errada, com a privatização do ginásio e do SPA que irá nascer nas antigas piscinas e não se diga que a Câmara não tem vocação para gerir ginásios, passo ao lado da questão de quem é que distribui essas vocações. ---

Lembro, que já aqui mesmo ao lado no Complexo Desportivo da Barquinha, é gerido pela Câmara Municipal, ou mais longe, o óptimo ginásio municipal em

Constância, também é gerido pela Câmara Municipal, para nós será pacífica a concessão a privados por exemplo de um bar, que é uma actividade perfeitamente marginal, à actividade municipal, já um ginásio municipal com um SAP, com um conjunto de serviços associados, é uma outra coisa, é uma outra dimensão, é uma infraestrutura para promover a prática desportiva local, por isso, discordamos da decisão tomada na Câmara pelo PSD/PS e gostaríamos de deixar aqui esta crítica e a nossa reprovação por essa decisão.” -----

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira** que referiu: “ De facto, esta situação é extremamente gravosa, não tínhamos conhecimento dela, ainda bem que o Bloco de Esquerda a levanta. -----

--

Nós também não somos fundamentalistas em relação pontualmente servirmo-nos de serviços de empresas, quer para obras, quer para outras áreas, desde que as coisas sejam transparentes, agora, não podemos é passar paulatinamente tudo para as mãos dos privados, tudo o que as Autarquias fazem melhor que os privados, quer em termos de economia de escala, quer em termos de transparência. -----

-

Há uma questão aqui que me preocupa muito, ouvi ontem as declarações pela responsável do Partido Social Democrata a nível nacional da Doutora Manuela Ferreira Leite e fiquei muito elucidado mas muito preocupado, o Estado tem que emagrecer, tem que passar para os privados e só ficar com o essencial e compreendo perfeitamente porque é que o Partido Social Democrata neste momento está tão calado, nem faz oposição, é que, o Partido Socialista de facto tem ido muito mais longe do que o Partido Social Democrata, de meter o Estado ao serviço dos privados e nós vimos naqueles dois documentos que analisamos aqui, nas duas adesões. -----

Com o problema que nós temos em termos de corrupção, estamos em trigésimo lugar a nível mundial, com estas coisas que estão a aparecer das parcerias público ou privadas, pouco transparentes, isto vai disparar.”-----

-

O Senhor **Ferreira Marques** referiu: “ Queria perguntar ao Senhor Presidente, se de facto as parcerias a realizar com o privado, se são transparentes ou não, há aqui uma acusação, a ilação que eu tirei, é que eram parcerias pouco claras.” -----

-

Continuou a Senhora **Maria Isilda**: “ Obviamente que, à priori nem espero que o Senhor Presidente da Câmara lhe responda outra coisa, na perspectiva do Município, isto é, não espero que o Senhor Presidente da Câmara diga que não pretende fazer uma coisa transparente. -----

--

Relativamente àquilo que acontece noutros sítos, lamento dizer-lhe, mas a minha experiencia é extremamente negativa. -----

-

Ainda ontem estive uma hora ao telefone, em que tive a prova maior disso, por causa do Plano Tecnológico da Educação, que há pouco foi aqui abordado e não estava a pensar usar da palavra neste ponto da ordem dos trabalhos, mas, é uma matéria que me preocupa profundamente e, se já tinha grandes dúvidas, ontem, maiores dúvidas tive ainda, isto é, fazem-se acordos a partir de concursos públicos nacionais ou internacionais e depois não se mostram documentos, não se dão instrumentos de avaliação, fiscalização e execução aos responsáveis no terreno pela sua feitura, mas há a ameaça de cobrança a esses responsáveis se determinadas coisas não forem feitas. -----

A seguir para ajudar à festa, quando confrontados os serviços nacionais com a questão, dizem-nos que o que foi combinado não foi bem isso. E mais não digo. “ -----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “ Vou começar por responder ao Bloco de Esquerda, que questionou o trabalho da Câmara em termos de actividade desportiva ou não e em termos das instalações. -----

Como todos sabem e os partidos todos sabem porque foi à Câmara, a Câmara Municipal do Entroncamento entendeu por bem, fazer um projecto para um centro atlético, para as antigas instalações das piscinas municipais. É preciso pôr isso à disposição da população, não estamos a falar de um pequeno ginásio, porque, essa parte, quero assumi-lo aqui, a Câmara Municipal do Entroncamento manterá a sua vocação tem os técnicos, tem instalações e isso manterá a sua vocação e porá à disposição das colectividades e dos técnicos, à disponibilidade da população do Entroncamento em geral. -----

Estamos aqui a falar de um equipamento em que é preciso investir dois milhões de euros, como todos sabem. O QREN não é sério. O QREN devia ter começado em Janeiro de dois mil e sete, ano já elegível para regenerações urbanas, informações que foram vindo a pouco e pouco e, hoje em dia é igual a zero, é uma mentira o QREN. ----

A Câmara Municipal do Entroncamento quer pôr à disposição da população em geral, um equipamento que acha que é fundamental que haja no Entroncamento. Como tal, entendemos por bem vir a fazer uma concessão, uma cedência de espaço, não no equipamento existente como é dito, que a Câmara gastou dinheiro e agora vão os privados tomar conta deles, não é verdade, é preciso é gastar dinheiro para mandar aquele equipamento a baixo e fazer de novo, que é totalmente diferente. -----

Sobre a intervenção do Senhor Ferreira Marques, eu não sei o que é que o senhor falou, o que é que são parcerias transparentes, ou não transparentes, o senhor perguntou ao Presidente da Câmara se esta pareceria era transparente ou não, quero-lhe dizer que só conheço de facto um tipo de parcerias, que é essa que a Câmara Municipal do Entroncamento, entende por bem deve ser feita na zona do parque desportivo. -----

Foi falado aqui pela Coligação Democrática Unitária, a política do estacionamento, já foi por demais debatido isso. -----

-

A cedência de terrenos à Santa Casa da Misericórdia, quem já aqui não teve um caso, de uma mãe, um tio, um familiar, acamado que tem de andar a esmolar este Governo, que passados cinco dias, como disse o Director do Centro Hospitalar do Médio Tejo, que as pessoas não podem estar mais do que cinco virgula sessenta e dois dias internados, têm que vir para casa, quem é que já não teve este caso? -----

Eu já tive, mas tive muito particularmente enquanto Presidente da Câmara, com pessoas a morrer, mandarem-nas para casa.-----

-

Tudo o que eu poder fazer neste sentido, farei tudo no sentido de apoiar, não venham cá pedir ao Presidente da Câmara, veja lá se consegue falar com a Doutora Vera, com o Senhor Provedor, com este ou aquele, para ver se consigo lá meter um familiar meu, portanto, quando estamos a ceder terrenos para a Santa Casa da Misericórdia, acho que nunca farei de mais sobre essa matéria, colaborar em termos da população, dos mais carenciados socialmente do Entroncamento. -----

Também se diz que é um mau negócio, eu não negocie nada com ninguém, deve ter sido algum lapso, não era isso de certeza que queria dizer, a Câmara Municipal não negociou nada e muito menos o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento,

cedemos de facto, à Santa Casa da Misericórdia.-----

-

As obras do Hospital, o cartaz promotor vão a todo o momento aparecer em todas as obras que estão a ser feitas no Município, não se anda a gastar dinheiro em cartazes, mas vamos fazê-los para dizer quem é que são os promotores, quem é que está a fazer as obras no Entroncamento. Quem está a fazer aquele muro é a Câmara Municipal do Entroncamento, que não foi previsto na estrada trezentos e sessenta e cinco. -----

--

Sobre a circular, foi entregue o projecto na REFER, eles é que têm de fazer isso, não era a opção deles, não estava previsto ainda neste momento fazer aquela passagem porque é só uma linha no meio de uma população com vinte e poucos mil habitantes e com treze virgula sete quilómetros quadrados e portanto, não era opção e neste momento depende do Ministério dos Transportes e muito particularmente da REFER. –

Água do Centro, o que foi aprovado aqui na Assembleia, foi uma proposta de adesão às Águas do Centro, não foi a adesão, foi uma proposta de adesão, porque quando foi para ser a adesão, no passado, o Partido Socialista na altura, chumbou, neste houve novamente uma procura para se resolver esta situação, uma proposta de adesão às Águas do Centro, que o Senhor Ministro da tutela ainda não despachou, tem estado a resolver alguns problemas como o caso muito particular de Castelo Branco. -----

-

Portanto, não passa por nós, passa pelo nosso Governo para resolver esse tipo de situação. -----

-

Em relação às actividades de enriquecimento escolar, a Câmara Municipal fez um acordo com a escola de musica, contratamos professores em termos de educação física e assinámos um protocolo com o IPT de Tomar, em termos do inglês, entregámos às entidades que no passado fazíamos concursos para os professores, há muitos professores que precisam de emprego, mas não era a politica adequada, segundo a opinião do Senhor Vereador e que eu comungo também, porque à medida que as pessoas iam arrançando emprego iam saindo e teríamos que abrir novo concurso. -----

-

Quanto ao centro de compostagem, neste momento está desactivado o canil municipal e estamos a tratar, logo que possível, com as condições adequadas um centro de compostagem. -----

-

Sobre o levantamento da Rua Aquilino Ribeiro, foi uma urbanização que foi feita sem colector para águas pluviais, nós achamos que é fundamental, foi uma urbanização que nos foi entregue no passado, vamos fazer o levantamento se houver um dia que tenha encaixe em termos de alguma candidatura, iremos para lá. -----

Em relação à certificação de qualidade, é uma opção da Câmara, entendemos que deverá começar por aí, a seguir passará para o desporto, mas neste momento, é uma opção da Câmara Municipal do Entroncamento. -----

-

Quanto aos telemóveis, é mesmo um instrumento de trabalho, como os computadores, ainda ninguém me veio dizer que todos os anos renovamos o parque de computadores da Câmara, em termos dos telemóveis é de facto uma opção da Câmara, um instrumento de trabalho que pusemos à disposição dos funcionários. -----

Em relação aos Senhores Vereadores, não estão a desempenhar nenhuma função, não há justificação para possuírem telemóvel, se estivessem a desempenhar

alguma função tinham telemóvel.-----

O Ensino Superior ainda não veio à Câmara Municipal, porque foi assinado esta semana. -----

-

A Câmara Municipal do Entroncamento assinou esta semana com a Universidade Lusófona, um protocolo de intenções, para o Entroncamento voltar a ter ensino superior. -----

--

Quero também dizer aqui, deve ter sido um lapso do Senhor Deputado Pato das Neves, no primeiro consulado do Partido Social Democrata, quero dizer e o Senhor António Ferreira que foi Vereador comigo aqui, sabem muito bem, que quando fomos a Lisboa, já tinha dado baixa no tempo do Partido Socialista, já tinha dado baixa do alvará do Instituto Superior dos Transportes. -----

-

Neste momento foi desactivado, veio cá a CP dizer-me que o edifício de sete pisos ia ser entregue à REFER, é um espaço ferroviário que procuraremos que seja activado dentro desta parceria que se está a tentar fazer agora. -----

Podem ter estranhado a ausência do Presidente da Câmara, numa conferência de imprensa, que foi feita pela Comissão de Utentes de Saúde do Médio Tejo, no edifício da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

-

Fui convidado de facto para intervir, no dia onze de Setembro entre as dezoito e as dezanove horas, preparei-me para lá ir, quando estava para partir, recebi um e-mail da Lusa, eram dezassete horas e quarenta e dois minutos, onde dizia que em Conferência de Imprensa, eu ia para lá falar e já estava a Lusa a difundir o comunicado final da Conferência de Imprensa. -----

Portanto, é só para justificar aos senhores a minha ausência e devo dizer aqui neste órgão, não fui lá porque não foi correcto.” -----

-

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Aquilo que considera um mau entendido em relação à Santa Casa da Misericórdia, o nosso entendimento é o seguinte:

A Câmara entrou com um terreno de mais de quatro mil metros quadrados num projecto, se bem que o terreno seja a título de concessão por cinquenta anos. -----

-

No entanto, entendemos que nestes processos, a Câmara para ter uma voz activa nestes processos e defender melhor as populações, deveria estar englobada no próprio processo, como elemento e agente do próprio processo, poderia defender e colocar as questões que são uma preocupação do Presidente da Câmara às questões sociais dos cidadãos do Entroncamento. -----

-

Quanto à questão do mau negócio, peço desculpa, mas de facto utilizei isto como uma expressão, não no seu sentido literal, mas no seu sentido mais popular. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu: “ A Câmara Municipal não cedeu nenhum terreno, a Câmara deu a indicação, a intenção da cedência de um terreno, caso venha a ser aprovado o projecto proposto pela Santa Casa da Misericórdia ao Governo.

-

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, quando eram doze horas e vinte e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

-

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

-

O Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

O 2º. Secretário:

